

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.529 - AL (2019/0162936-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : BRASKEM S/A
ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ - RJ017587
MÁRCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA - RJ059384
ANDRÉ LUIZ SOUZA DA SILVEIRA E OUTRO(S) - DF016379
ADILSON VIEIRA MACABU FILHO - RJ135678
GUIOMAR FEITOSA DE ALBUQUERQUE LIMA MENDES -
DF002937
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - RJ135124
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

BRASKEM S.A., detentora de concessão de lavra para exploração de minério, requer a suspensão dos efeitos da liminar proferida pelo Desembargador Alcides Gusmão da Silva, do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), que concedeu em parte efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento n. 0802005-67.2019.8.02.0000 "para determinar a suspensão da deliberação dos acionistas a respeito da divisão do lucro líquido do exercício do ano de 2018 na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Braskem convocada para o dia 16/04/2019, até ulterior análise do mérito do presente agravo, sob pena de constrição imediata do valor de R\$ 2.669.674.286,30 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), sem prejuízo da possibilidade de evolução do entendimento ora consignado, na hipótese de alteração do conjunto probatório" (fl. 70).

Na origem, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas ajuizaram ação civil pública com pedido de liminar, para que fosse apurada a responsabilidade da Braskem pela calamidade ocorrida em diversos bairros de Maceió (AL).

Pleitearam, entre outras medidas, a indisponibilidade dos ativos financeiros e de bens da ora requerente, "no valor inicial de R\$ 6.709.440.000,00 (seis bilhões e setecentos e nove milhões e quatrocentos e quarenta mil reais)", a título de reparação dos danos causados na região.

Em 4/4/2019, o Juízo de primeiro grau deferiu em parte o pedido de liminar formulado pelos interessados na ação originária e determinou "a indisponibilidade de ativos financeiros da Braskem S/A até o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)", que ficaria à disposição daquele Juízo em conta judicial remunerada, até ulterior deliberação (fl. 126).

Contra essa decisão, a requerente e os interessados interpuseram agravos de instrumento.

Em 9/4/2019, no Agravo de Instrumento n. 0801923-36.2019.8.02.0000, interposto pela Braskem, o Desembargador relator indeferiu o pedido de efeito suspensivo (fl. 167).

Em 15/4/2019, o Desembargador relator concedeu em parte efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento n. 0802005-67.2019.8.02.0000, interposto pelos interessados, para determinar, como já registrado, a suspensão da assembleia geral ordinária e extraordinária convocada para o dia 16/4/2019, cuja finalidade era a distribuição de dividendos entre os acionistas da empresa (fls. 69-70).

Daí o presente pedido de contracautela, em que a requerente sustenta que a manutenção desse julgado enseja grave lesão à economia pública, além de efeito cascata.

Argumenta que "uma das acionistas mais relevantes da BRASKEM é a PETROBRAS, empresa controlada pela União, que, sem fazer parte do processo no qual deferida a liminar ora impugnada, deixa de receber cerca de R\$ 1 BILHÃO — **isto mesmo: UM BILHÃO DE REAIS** — em dividendos, para aportá-lo no incremento das suas atividades sem dúvida relevantes para a economia nacional" (fl. 8).

Destaca que a decisão impugnada impossibilita o adimplemento de obrigações assumidas pelo grupo Odebrecht e a renegociação de suas dívidas. Afirma que "a companhia depende dos dividendos travados pela liminar ora impugnada para honrar obrigações essenciais, tais como salários e tributos próprios e de algumas de suas controladas, bem como seus compromissos perante seus principais credores" (fl. 10).

Nesse ponto, ressalta que a manutenção da decisão impugnada afetará ainda mais a situação econômico-financeira da Odebrecht, "podendo impactar milhares de empregos diretos e indiretos e o seu universo de credores, que inclui bancos públicos,

com relevante impacto negativo para todo o sistema financeiro nacional" (fl. 13).

Registra que "a medida impôs, de forma indistinta, uma obrigação de não fazer dirigida a acionistas, impedindo que eles pudessem deliberar sobre o seu próprio patrimônio, tal como se qualificam os dividendos, o que gera um efeito cascata para além deles, de impacto coletivo, interferindo, indevidamente, na própria economia popular, na medida em que deixam de ser pagas obrigações pelos acionistas, feitos novos investimentos; toda a comunidade de investidores no mercado de capitais é afugentada devido à insegurança jurídica gerada pela decisão" (fl. 16).

Aponta a falta de razoabilidade e a ilegalidade da liminar impugnada, defendendo que "não há qualquer indício — muito menos evidência — de que a BRASKEM estaria se furtando de sua eventual responsabilidade, que não está sequer demonstrada; ou dilapidando o seu patrimônio, para evitar futura reparação" (fl. 19).

Aduz que o *decisum* que pretende suspender tem efeitos contrários até mesmo ao objetivo da ação originária, uma vez que "a proibição de distribuição de dividendos não protege a empresa; não aumenta o seu valor; nem ajuda que ela continue prosperando. Ao contrário, gera insegurança sobre o futuro da empresa; fará despencar o seu valor; prejudica o regular desenvolvimento de suas atividades econômicas em todo o país" (fl. 22).

A requerente oferece seguro garantia "no valor equivalente aos dividendos a serem distribuídos" (fls. 23-25).

Requer, ao fim, a suspensão da decisão liminar proferida no Agravo de Instrumento n. 0802005-67.2019.8.02.0000, mediante o oferecimento de seguro garantia.

É o relatório. Decido.

O deferimento da suspensão de segurança é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas. Seu requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce *munus* público, decorrente da supremacia do interesse estatal sobre o particular.

Ademais, esse instituto processual é providência extraordinária, sendo ônus do requerente indicar e comprovar na inicial, de forma patente, que a manutenção dos efeitos da medida judicial que busca suspender viola severamente um dos bens

jurídicos tutelados, pois a ofensa a tais valores não se presume.

A propósito, confira-se trecho da decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello na SS n. 1.185/PA (DJ de 4/8/1998):

Em tema de suspensão de segurança, não se presume a potencialidade danosa da decisão concessiva do *writ* mandamental ou daquela que defere liminar em sede de mandado de segurança. A existência da situação de grave risco ao interesse público, alegada para justificar a concessão da drástica medida de contracautela, há de resultar cumpridamente demonstrada pela entidade estatal que requer a providência excepcional [...]. Não basta, para esse efeito, a mera e unilateral declaração de que, da execução da decisão concessiva do mandado de segurança ou daquela que deferiu a liminar mandamental, resultarão comprometidos os valores sociais protegidos pela medida de contracautela (ordem, saúde, segurança e economia públicas). Pedido indeferido.

A excepcionalidade a que se refere a legislação de regência desse instituto foi devidamente demonstrada. Os fatos e argumentos apresentados pela requerente evidenciam que a decisão impugnada, de fato, provoca grave lesão à economia pública.

Na origem, a ação civil pública ajuizada pelos interessados objetiva apurar a responsabilidade da requerente, em decorrência de suas atividades, pela calamidade ocorrida em diversos bairros de Maceió.

O Desembargador relator concedeu em parte efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento n. 0802005-67.2019.8.02.0000 para determinar a suspensão da assembleia geral em que haveria a distribuição de dividendos entre os acionistas da requerente.

Apesar do minucioso exame do Desembargador relator a respeito dos pedidos de efeito suspensivo formulados pelos interessados no referido agravo de instrumento, entendo que, ao determinar a suspensão da referida assembleia e, em termos práticos, suspender a distribuição de dividendos, cujo montante é expressivo, o Juízo afetou, direta e indiretamente, a economia local e nacional.

Sem adentrar o mérito da causa, em atenção aos estritos limites do pedido suspensivo, verifica-se que a decisão impugnada causa grave lesão à economia pública e, ao contrário do almejado, afeta o interesse público local e nacional.

Primeiro, porque prejudica a continuidade da prestação das atividades da requerente, cujo papel socioeconômico é expressivo na geração de rendas e empregos.

Com efeito, a medida acarreta prejuízos, diretos e indiretos, à municipalidade.

Segundo, porque afeta a esfera patrimonial de agentes econômicos cuja relevância nacional ficou demonstrada pela requerente. Constatase que, ao aplicar medida sem razoabilidade e desproporcional, o *decisum* atingiu o patrimônio de terceiros acionistas, e não o da própria requerente, sem, todavia, haver indício de atos de dilapidação do patrimônio por parte da Braskem.

Ademais, a requerente demonstra, mediante o oferecimento de seguro garantia, a intenção de cumprir obrigações eventualmente por ela devidas, caso seja reconhecido, na ação originária, o nexo de causalidade entre suas atividades e a calamidade ocorrida na municipalidade.

Assim, considerando a excepcionalidade do caso em exame e visando afastar a grave lesão à economia pública e, ao mesmo tempo, assegurar a preservação do interesse da municipalidade, é necessário, **em caráter excepcional**, acolher o oferecimento do seguro garantia no valor equivalente aos dividendos a serem distribuídos – R\$ 2.669.674.286,30 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta centavos) (fl. 547).

Por último, cumpre esclarecer que a suspensão da liminar em apreço não significa afastar ou mitigar eventual responsabilidade da requerente pela calamidade ocorrida. A discussão atinente ao mérito da causa principal é de competência das instâncias originárias, responsáveis pela apuração, com o devido exame do conjunto fático-probatório, da responsabilidade ou não da empresa, bem como por eventual aplicação de medidas, adequadas e justas, para a devida reparação dos danos causados à municipalidade.

Ante o exposto, por entender que a manutenção do *decisum* enseja grave lesão à economia pública:

a) **acolho o oferecimento do seguro garantia no valor equivalente aos dividendos a serem distribuídos, no montante de R\$ 2.669.674.286,30 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta centavos);**

b) **defiro o pedido de suspensão para sustar os efeitos da liminar**

proferida pelo Desembargador Alcides Gusmão da Silva no Agravo de Instrumento n. 0802005-67.2019.8.02.0000, condicionado ao oferecimento do referido seguro garantia, que deverá ser processado e efetivado no Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

